

Os Instrumentos Estatais e a Geopolítica das Linhagens na África Subsaariana: Poder Legal versus Poder Tradicional - Caso da Guiné-Conakry

Les instruments de Etat et la Géopolitique de Lignées en Afrique Sub-saharienne: Pouvoir Légales vs Pouvoir Traditionnel - Cas de la Guinée-Conakry

Herbert Schützer¹

Resumo

A articulação engendrada na Guiné-Conakry das políticas legal e tradicional e observar a natureza de suas geopolíticas, a primeira estatal e a segunda das linhagens são apresentadas no texto. Em duas partes, a instrumentalização do aparelho do Estado que busca a boa governança numa democracia recém inaugurada e as características do poder tradicional com sua importante tarefa de construção das identidades socioculturais, são estabelecidas sem perder o ponto de fricção da articulação dos dois poderes desiguais que buscam na articulação o caminho da superação da crônica condição de subdesenvolvido que o país mantém desde seu surgimento como estado independente. Numa perspectiva nacional, da Guiné-Contakry, pode-se perceber as transformações que uma nova classe política, com formação e articulação internacional, vem empreendendo na África subsaariana.

Palavras-chaves: poder tradicional, poder legal, geopolítica, articulação e instrumentalização,

Résumé

L'articulation de la Guinée-Conakry conçues dans la politique légales et traditionnelles et observer la nature de leur géopolitiques, l'état premier et deuxième de souches est présentée dans le texte. En deux parties, l'instrumentalisation del'appareil d'Etat qui cherche la bonne gouvernance dans une démocratie a récemment ouvert et les caractéristiques du pouvoir traditionnel dans sa tâche importants de la construction des identités socio-culturelles sont établis sans perdre le point de friction de l'articulation dès deux puissances inégales cherchent à articuler la façon de surmonter la maladie chronique du pays reste peu développé depuis son émergence en tant qu'Etat indépendant. Un point de vue national, la Guinée-Contakry, on peut voir les changements que la nouvelle classe politique, avec des réseaux de formation et internationales, a entreprise Afrique sub-saharienne.

Mots-clés: pouvoir: traditionnel, le pouvoir judiciaire, la géopolitique, l'articulation et l'instrumentation,

¹ Graduado e Licenciado em Ciências Sociais (USP), posgraduado em Política e Relações Internacionais (FESPSP) e mestre em Geografia (USP). Docente da Estácio/UniRadial-SP. E-mail hschutzer@globo.com

Introdução

O tema abordado neste artigo não se restringe a uma localidade da África subsaariana apenas, é uma amostra do quadro geral da região excetuando-se alguns casos pontuais da região. Serve para trazer uma questão central do subcontinente, a questão das linhagens e do poder tradicional que ela ocasionou no seu modo de organização social e econômica e alerta para a observação do quadro de mudança que vem com a ascensão de uma elite política pós crise da descolonização e vem junto com o amadurecimento político subsaariano.

Assim como em outros países da África subsaariana a República da Guiné-Conakry vem desenvolvendo a duas décadas e meia a inserção do poder tradicional das linhagens no cenário político do País. Após terem sofrido repressão sem paralelo durante período do socialismo na sua tentativa de transformar a sociedade, o poder tradicional mostrou sua força através do reconhecimento de sua legitimidade.

Para por em prática as mudanças num cenário pós-socialismo, o governo da Guiné veio promovendo a liberalização de sua economia e reformando sua administração para adequá-la a nova realidade do país. Nesse novo quadro a geopolítica do Estado vai articulando-se com a geopolítica das linhagens que dominam o ambiente rural do país, que ainda concentra a maior parte de sua população nesse ambiente.

A articulação das duas geopolíticas é o ponto central da estabilização do país e seu próprio futuro. Contudo, sabemos que na área de contato entre geopolíticas desiguais, as tensões podem minar os planos de estabilização e desenvolvimento do país, ou sua superação e colocando o país num novo estágio desvinculado dos dissabores póscoloniais.

Assim, o governo guineense vem se instrumentalizando para que o quadro de materialização de suas políticas tenha o ambiente jurídico-administrativo propício para sua efetivação. Mudança da Constituição e planos nacionais, regionais e locais foram elaborados e estão sendo empreendidos na busca dos objetivos traçado pelo país. E conhecer os mecanismos que estão sendo disponibilizados para sua efetivação constitui a primeira parte deste trabalho.

Um olhar mais pontual para a presença geohistórica no país do poder tradicional, com seus mecanismos geopolíticos. É a tarefa da segunda parte deste trabalho, pois eles mantiveram os diversos grupos étnicos do país em diferentes quadros institucionais, sem perder seu privilégio no seio das comunidades e garantidos, pelo contrário, sua força e legitimidade no ordenamento territorial do país. Mas sem omitir os problemas decorrentes da coexistência da sobreposição das geopolíticas que hoje dão fundamento para vida do país dentro do cenário democrático recém implantado.

1. Os Instrumentos da Desconcentração Política

A Guiné enfrentou por mais de uma década as agruras da má governança, com as instituições públicas debilitadas houve uma degradação do ambiente socioeconômico que limitou as tentativas de desenvolvimento e impelindo a população a graves índices de pobreza. A democratização do país iniciada em 2010, com a eleição de Alpha Condé, as perspectivas de médio prazo são promissoras. Acresce-se a isso os benefícios que pode alcançar junto as instituições africanas (ECOWAS e BAD), a União Europeia (UE) e a comunidades internacional, esta última há tempos reivindica a volta do Estado de Direito no país e abre a possibilidade de acordos bilaterais de ajuda mútua, como por exemplo a

mensagem do Chefe do governo australiano para fortalecer as relações de cooperação entre Conakry e Canberra em maio deste ano² e os acordos com a China, que chegou a doar 80 milhões de yens para a Guiné sem contrapartida³.

A situação política até 2010 tinha sido marcada pela incapacidade de manter o Estado de Direito e controlar a corrupção. O indicador de percepção da corrupção classificou (Transparência Internacional – TI, 2009) o país entre os cinco países africanos mais com piores indicadores nos últimos dez anos. O que levou o presidente a proferir ameaças contra aqueles que tiveram de desviar dinheiro público em julho deste ano⁴. Disso denota-se que a classe política é carente de lideranças esclarecidas e foi incapaz de alcançar um consenso nacional para lidar com as grandes questões nacionais, crescimento econômico e combate à pobreza.

O processo político na última década passou por várias crises, eleitorais e militares em 1998, 2001-02, 2006-07 e 2009. A oposição no país foi exposta à violência por parte do Estado, além de ser pouco organizada, principalmente composta por movimentos sociais e sindicais com quadros despreparados, mas mantiveram tensões periódicas com os partidários do governo, agravando ainda mais a situação política.

A democratização ocorrida após um processo eleitoral tumultuado vai ter continuidade com as eleições parlamentares, gerais e locais que ocorrerão no segundo semestre de 2011. O retorno ao regime civil após o vazio constitucional que durou dois anos depois que o Conselho Nacional para a Democracia e Desenvolvimento (CNDD) ter suspenso a constituição e dissolvido a Assembléia Nacional em 2009, encheu de esperanças o país. Os novos desafios começaram a ser enfrentados através dos Planos de Desenvolvimento e de Transparência, que abrirão o caminho para as discussões com parceiros do desenvolvimento. No plano eleitoral, o governo deve organizar eleições parlamentares transparentes, vai promover um recadastramento dos eleitores antes das eleições, para ajudar a firmar a democracia e fortalecer as instituições bem com a transparência delas para a população e observadores internacionais. Reforçar a participação política dos atores e da sociedade civil no processo democrático, tem como objetivo por em movimento a engenharia administrativa do país, que promove a desconcentração. Para conciliar o poder formal do Estado com o poder tradicional local através da estrutura participativa, que procura inserir as forças locais na administração pública das localidades e dessa forma aproximar a geopolítica do Estado à geopolítica familiar geohistórica.

O modelo político-administrativo implementado procura garantir para as forças políticas locais tradicionais a participação no processo decisório das políticas públicas ao nível das subprefeituras. E, dessa forma, dar atendimento as demandas dos diferentes grupos e suas necessidades particulares e ao mesmo tempo preservando o poder das linhagens e suas tradições. Esta arquitetura administrativa procura também acomodar os diferentes grupos etnoculturais que convivem no espaço territorial do país.

Um importante aspecto da estrutura político-administrativa de um país diz respeito às suas Finanças Públicas. Via de regra, um Estado apresenta três funções básicas, para realização das quais precisa se financiar: a função de estabilização, a de alocação e a de distribuição. Condições de equilíbrio nas Finanças Públicas de um país, portanto, decidirão sobre seu maior ou menor grau de cumprimento destas funções. Em outras palavras, os governos têm contas a pagar e meios de arrecadar recursos para este pagamento.

É através das políticas macroeconômicas que os governos perseguem seus

² Africaguinee.com, 17/05/2011

³ Africaguinee.com, 15/04/2011

⁴ Africaguinee.com, 10/07/2011

objetivos, que são:

- Crescimento do PIB;
- Taxa de inflação baixa e estável;
- Pleno emprego;
- Distribuição de renda;
- Taxa de juros baixa;
- Investimentos em expansão;
- Equilíbrio no balanço de pagamentos.

Os objetivos quando perseguidos um a um tendem a manter a situação econômica convergindo para a solução dos problemas e permitem atingir os objetivos. As dificuldades aparecem quando o governo tenta atingir mais de um objetivo ao mesmo tempo. Por exemplo:

- O crescimento do PIB se choca com o objetivo das taxas de inflação baixas;
- A redução dos impostos se choca com o crescimento da dívida interna.

Outros objetivos, muitas vezes, só podem ser alcançados indiretamente.

- Aumentar o nível de emprego não depende apenas da decisão de fazê-lo, é preciso que o governo disponha de instrumentos para atingir os objetivos.

Uma regra é que o governo precisa de pelo menos um instrumento para cada objetivo. Um governo pode atingir tantos objetivos quantos instrumentos possua para designar a sua finalidade.

No nível macroeconômico os governos possuem cinco instrumentos para utilizar no estímulo das políticas colocadas em prática visando atingir seus objetivos. (SANTOS F^o; 1996 & CARDOSO, 2003)

- Política fiscal;
- Política monetária;
- Política de rendas;
- Política cambial;
- Política comercial.

A política fiscal consiste nos gastos do governo, nos impostos que arrecada e na diferença entre gasto e receita, ou seja, no controle do orçamento.

A política monetária é composta pela oferta de moeda, pelo controle da taxa de juros e do crédito.

A política de rendas se aplica no controle dos preços e salários.

Política cambial que controla a entrada e saída de moeda estrangeira, bem como a formação da taxa cambial.

A política comercial define as práticas de comércio internacional, dos mecanismos de incentivo as exportações e do relacionamento comercial com os demais países.

Em termos de política fiscal o governo se depara com o aspecto funcional

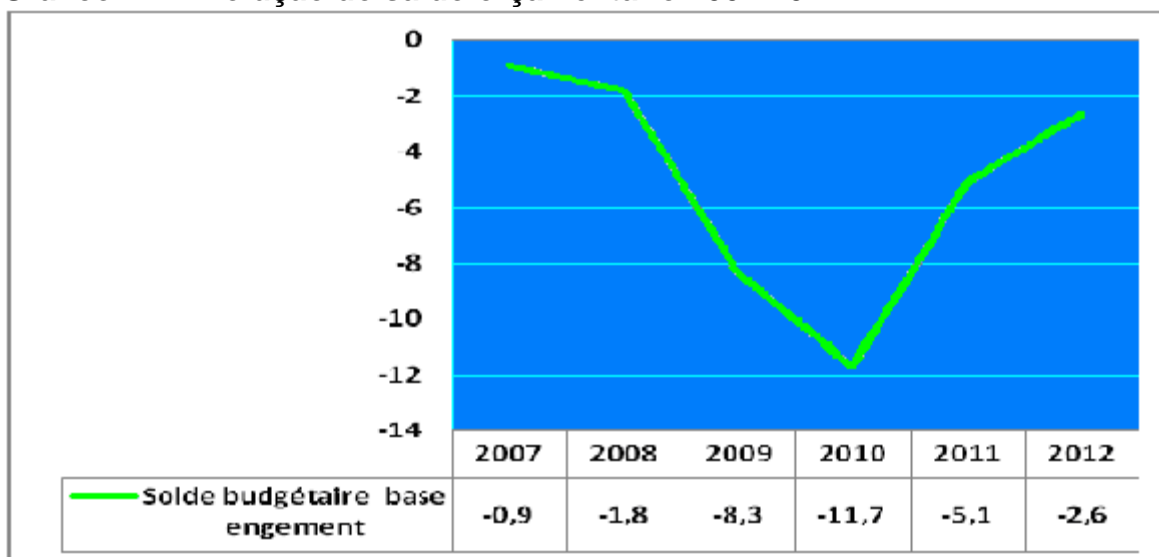
(BLANCHADER, 2004), que são; alocativos, distributivos e estabilizadores

- Natureza alocativa: prover serviços de segurança e saúde, ou investir na exploração de minérios;
- Natureza distributiva: a medida que o governo transfere recursos entre regiões e gasta em programas sociais;
- Natureza estabilizadora: decisões a respeito do nível de gastos para manter o indicador de emprego estável.

Os gastos do governo constituem as despesas correntes e despesas para a formação de capital fixo. As despesas correntes são: gastos de consumo, subsídios, transferências e pagamentos de juros.

A utilização dos instrumentos ou os mecanismos legais para viabilizar os objetivos do governo na Guiné estão contidos na política fiscal. O orçamento de 2011 destina-se a reduzir drasticamente o excesso de gastos realizados nos anos anteriores, para evitar a necessidade de financiamentos bancários adicionais. A primeira estimativa orçamentária em comparação ao ano de 2010, inclui uma série de cortes de gastos públicos, inclusive do plano de ação emergencial e dessa forma poder atender a necessidade de financiamento de 13% do PIB, que se não for feito pode afetar o controle da inflação. Dessa forma o governo espera atacar o déficit do orçamento, reduzindo paulatinamente. No **gráfico 1.1**, as projeções do governo chegam a uma diminuição do déficit em pelo menos 50% nos próximos dois anos.

Gráfico 1.1. Evolução do saldo orçamentário 2007-2012



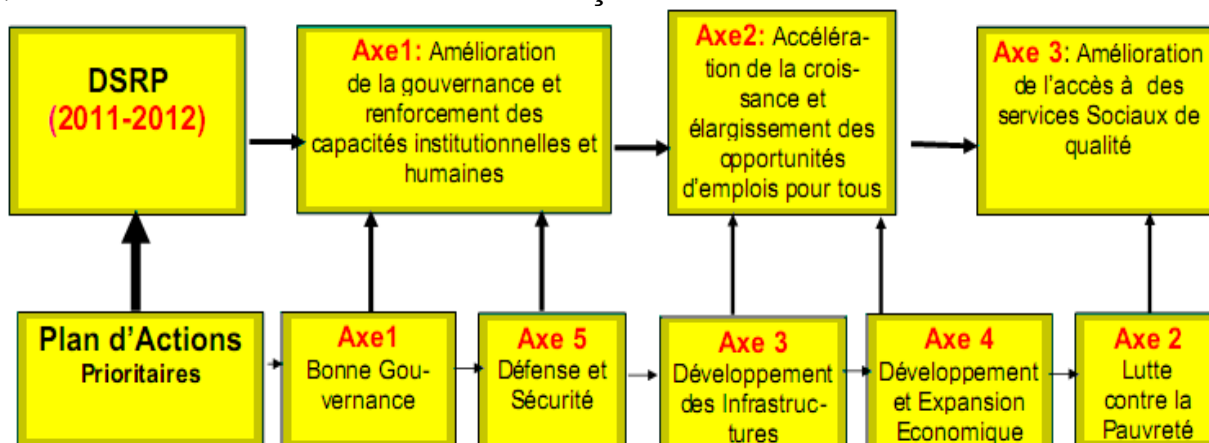
Fonte: Cadrage macroéconomique avril 2011, Direction Nationale du Plan

Para alcançar os objetivos o governo dispõe de um arcabouço legal onde ele garante os recursos necessários ao desenvolvimento da política econômica de forma a atingi-los. Contudo, não é apenas uma decisão governamental, depende de fatores econômicos endógenos e exógenos para que os planos possam surtir os efeitos desejados. O cenário internacional regional, continental pode acarretar no sucesso ou no fracasso do projeto econômico, por isso é necessário arregimentar todos os setores da sociedade no sentido do apoio ao projeto que não pode ser apenas de um governo, mas coletivo.

1.1. A Política Macroeconômica da Guiné

A política macroeconômica desenvolvida pelo governo guineense elegeu como principal objetivo o combate à pobreza. (**quadro 1.1.1**) Que pode ser alcançado com o conjunto dos tributos apresentado anteriormente, essa política fiscal deve amparar o desenvolvimento de várias frentes necessárias para alcançar o objetivo principal. O combate a pobreza planejado pelo governo prevê o desenvolvimento de outras atividades que requerem recursos, como a melhoria do eixo da infraestrutura, eixo da defesa e segurança, por exemplo, os cinco eixos que compõe a política de enfrentamento da pobreza colocam as etapas necessárias para alcançar os objetivos.

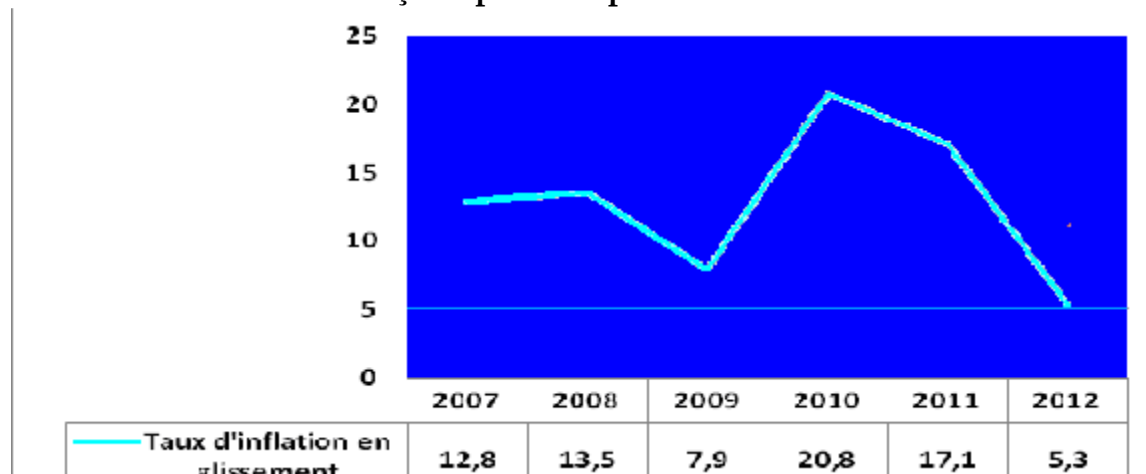
Quadro 1.1.1. Prioridades do Plano de ação da Guiné 2011-2012



Fonte: DOCUMENT DE STRATEGIE DE REDUCTION DE LA PAUVRETE (2011-2012)

Os eixos da política para a eliminação da pobreza devem controlar vários instrumentos no sentido da manutenção do processo, avançando paulatinamente de um eixo para outro numa política de médio e longo prazo. Os indicadores que o governo projetou para melhorar e dar condições para o crescimento, no **gráfico 1.1.1** pode-se ver as metas que o governo devia perseguir, mas que tem como já alertamos alguns obstáculos, como o aumento da taxa de juros para conter a inflação e o aumento da dívida pública em decorrência da necessidade de investimentos para dinamizar a economia.

Gráfico 1.1.1. Taxa de inflação e previsão para 2012



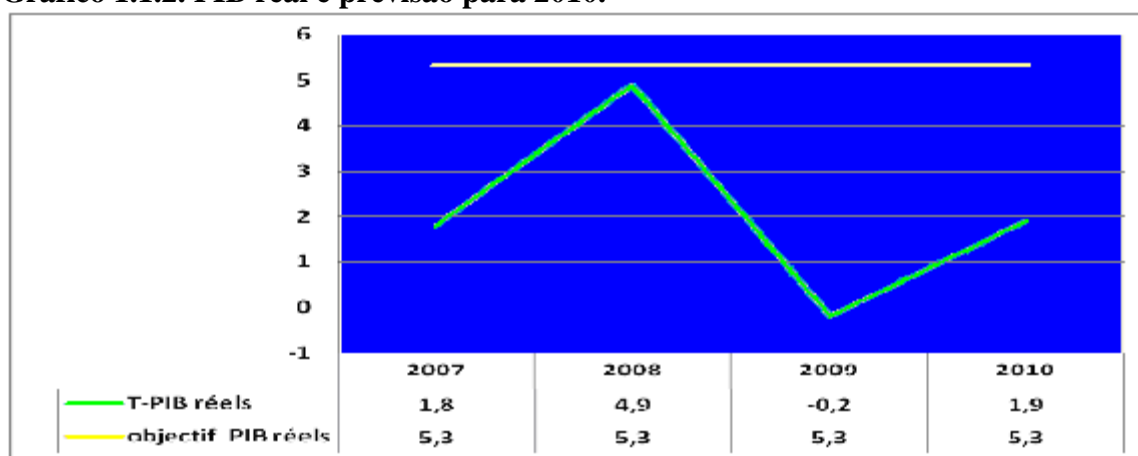
Fonte: DOCUMENT DE STRATEGIE DE REDUCTION DE LA PAUVRETE (2011-2012)

A idéia de que a Administração dinamiza-se na preparação dos instrumentos para efetivar o programa de redução da pobreza, através o de inspeções regionais para todos os departamentos setoriais cuja principal missão se concentrará em:

- i) a coordenação das estruturas municipais setoriais,
- ii) assegura o cumprimento das leis e regulamentos,
- iii) desenvolvimento de relatórios setoriais a serem transmitidos nacionalmente,
- iv) as sugestões propostas para melhorar o desempenho técnico das estruturas setoriais e,
- v) formulação de resposta a qualquer pedido do governador sobre o funcionamento do setor dos serviços.

Assim, o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Econômico chamado "Gabinete de Planejamento e Desenvolvimento Regional" (PDRF), seu tamanho transversal é estabelecido como uma empresa de consultoria regional que vai expandir suas atividades em todas as áreas setoriais e colaborar na formulação dos planos de desenvolvimento macroeconômica para alcançar os objetivos, que como se observa no **gráfico 1.1.2**, não conseguiu atingir.

Gráfico 1.1.2. PIB real e previsão para 2010.

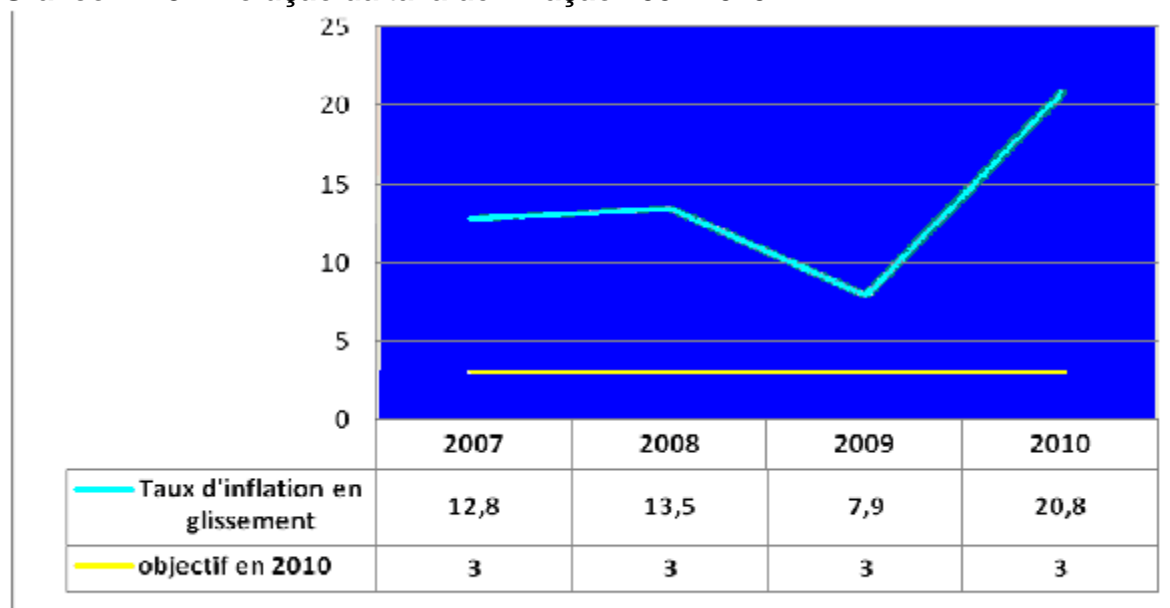


Fonte: DOCUMENT DE STRATEGIE DE REDUCTION DE LA PAUVRETE (2011-2012)

As teorias sobre política macroeconômica alertam para os perigos da escolha de objetivos que necessitam de muitos instrumentos, mas elas passam primeiramente pela boa governança, que pode melhorar a finanças públicas de maneira a conquistar os objetivos elencados. O governo necessita reverter alguns indicadores (**gráfico 1.1.3**) que ameaçam a política macroeconômica do país, como a inflação que tem uma tendência de alta para 2010, mas as projeções otimistas se fundamentam na existência dos instrumentos e na capacidade de melhoria da gestão governamental para atender as expectativas do plano de ação que estimam melhorias dos indicadores de inflação e do PIB. O que é uma disposição firme do governo. O sistema de finanças públicas na Guiné atualmente tem fraquezas e diversos fatores limitam a mobilização de recursos públicos e eficiência das despesas, o que preocupa o BAD, mas mesmo assim o banco liberou 8,6 milhões de euros para ajudar a criar as condições para o desenvolvimento econômico (BAD, 02/04/2011). A gestão das

finanças públicas deve melhorar com uma governança fortalecida e os recursos visam suprir as deficiências na elaboração e execução do orçamento.

Gráfico 1.1.3. Evolução da taxa de inflação 2007-2010



Source : cadraae macroéconomique, Direction Nationale du Plan

Na **tabela 1.1.1** é possível observar que nem todos os indicadores projetados para 2010 foram alcançados, somente a taxa de investimentos alcançou o objetivo e são muitos os fatores que contribuíram para o fracasso das expectativas. Os instrumentos utilizados para implementação da política econômica precisam funcionar para produzir os resultados ambicionados e é isso que as projeções do PIB e da taxa de inflação necessitam para chegarem às metas propostas pelo governo. Para ajudar o país o Conselho de Administração do Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF) aprovou uma subvenção de 20 milhões de Unidades de Conta (equivalente a 30 milhões USD) para financiar um programa de apoio às reformas econômico e financeiro (PAREF) em 18/05/2011, o que mostra a confiança nessa nova era de governança da Guiné.

Tabela 1.1.1. Evolução dos principais indicadores macroeconômicos

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	Media 2007-2010	Objetivo 2010
Participação da agricultura no PIB	13,4	13,6	13,4	13,9	14,2	13,8	13,3
Taxa de crescimento real do PIB	2,5	1,8	4,9	-0,2	1,9	2,1	5,3
Taxa de crescimento real do PIB por habitantes	-1,1	-1,4	1,7	-3,3	-1,3	-1,1	1,9
Taxa de inflação anual	39,1	12,8	13,5	7,9	20,8	13,7	3,0
Taxa de crescimento agrícola	4,4	3,3	3,8	3,2	3,2	3,4	4,8
Déficit orçamentário em % do PIB	-2	-0,9	-1,7	-8,3	-11,7	-5,7	1,5
Taxa de investimento	22,4	19,2	21,3	16,4	18	18,7	17,4

Fonte: Adaptado do DOCUMENT DE STRATEGIE DE REDUCTION DE LA PAUVRETE (2011-2012)

Os objetivos macroeconômicos são:

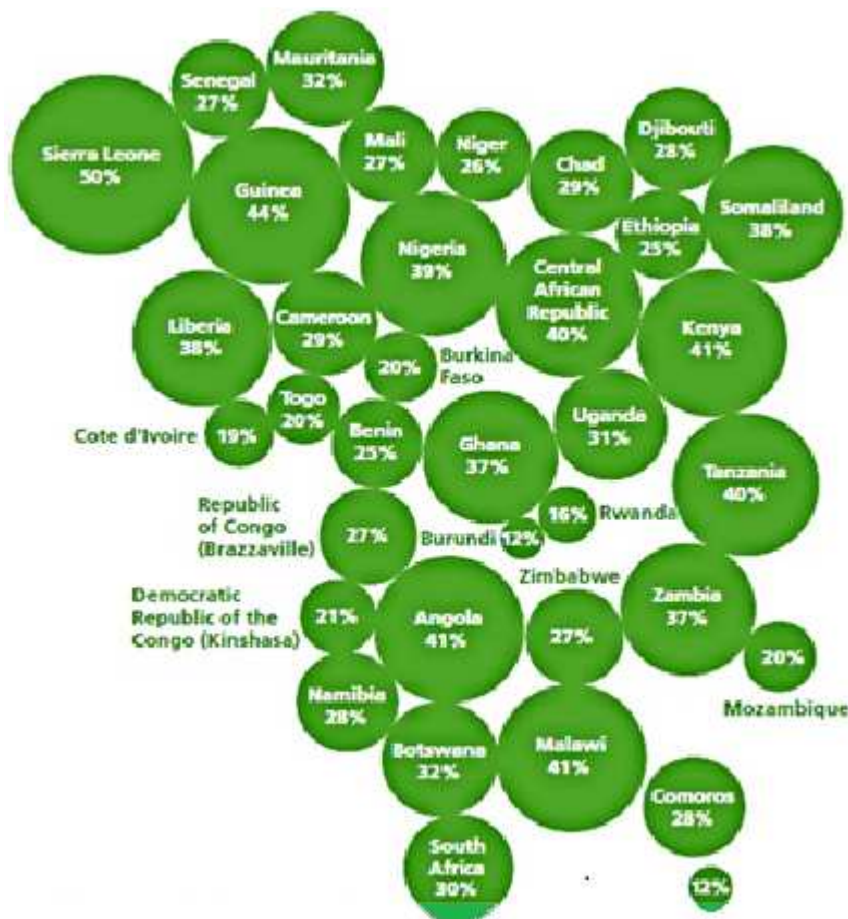
- i) alcançar um crescimento anual da produção de 4% em 2011 e 5,5% em 2012 para permitir um aumento do PIB per capita de 0,7% e 2,2% em 2011 em 2012,
- ii) reduzir a inflação para 17,1% em 2011 e 5,3% em 2012;

iii) ter reservas internacionais brutas é o equivalente de 1,7 meses de importações de bens e serviços para o período 2011-2012 contra 1,4 meses e 1,9 meses de importações em 2009 e 2010;

v) o total de receitas (excluindo donativos) deverá ser trazido para 18,0% do PIB em 2011 e 19,3% do PIB em 2012 e do déficit orçamentário (base de compromisso, excluindo subsídios) reduzido para -5,1% do PIB em 2011 e -2,6% em 2012. Quanto à despesa total em percentagem do PIB, que deve estar em 16,8% em 2011 e 16,1% em 2012. Além disso, os serviços relacionados com a dívida externa devem ser reduzidos para 57,7% do PIB em 2011 e 51,3% do PIB em 2012.

Os planos guineenses dependem muito da disposição internacional, a ajuda econômica para do plano está vindo, levantamento do Instituto Gallup identificou a Guiné como o terceiro país que mais recebe doações no continente (**quadro 1.1.2**). A pesquisa levantou junto à população dos países desenvolvidos qual a preferência para a destinação de recursos e identificou que nestes países existe uma preferência na doação para os países africanos. O índice de generosidade mundial coloca a Guiné em 18º. Lugar na preferência dessas populações.

Quadro 1.1.2. Ajuda econômica internacional para a África



Fonte: BBC/África, 2011.

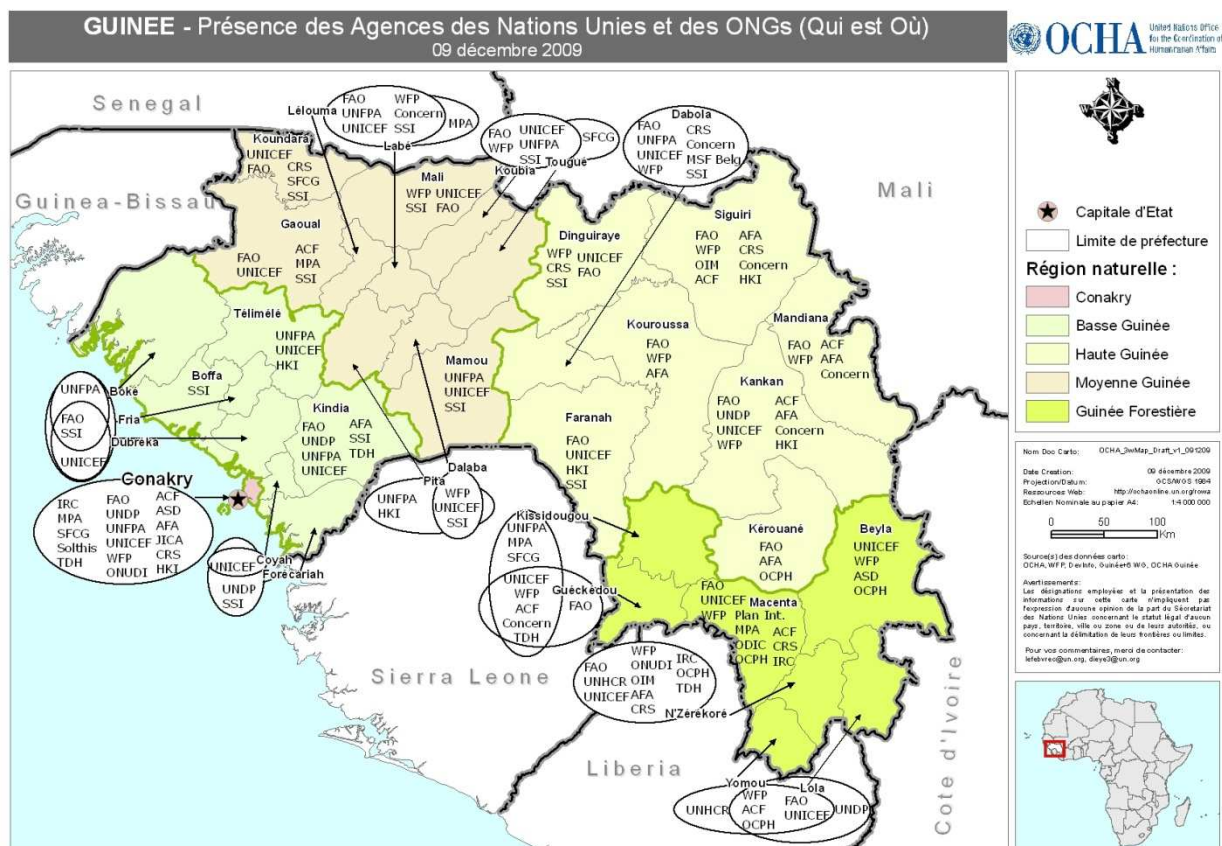
Através desse indicador podemos observar que existe uma grande expectativa mundial pela recuperação de países que viveram períodos de exceção com turbulência

social e aqueles que sem encontram entre os de pior qualidade de vida. A Guiné, que ocupa a posição 156, com índice de 0,34 em 2010.

A síntese que o contexto apresenta encaminha para a emergência a implantação do plano de recuperação econômica para combater a pobreza que está disseminada no país, o que passa pela qualidade do processo e requer um forte compromisso governamental e colaboração internacional.

A condição precária que o país vem vivendo há décadas levou inúmeras ONGs a implantar projetos assistencialistas (**mapa 1.1.1**) no campo educacional e da saúde, principalmente, construindo escolas, centro de saúde, doando equipamentos para hospitais. Nessa última ação o seu caráter é inócuo, pois a maioria do país não dispõe de energia elétrica e depende da existência de geradores a gasolina

Mapa 1.1.1. Agências da ONU e de ONGs na Guiné



A presença dos organismos internacionais denota a preocupação que o país ainda gera na comunidade internacional. As muitas carências da população e a insegurança ainda existente preocupam e a ONU procura ocupar o espaço do país na tentativa de preservar a segurança e estabilidade, incrementando a assistência as comunidades carentes com programas emergenciais e de médio prazo em todas as regiões administrativas.

2. A Desconcentração/Descentralização e as Linhagens

No começo do século XVIII o grupo étnico Peul deslocou-se para a região do Fouta Djallon desalojando os antigos habitantes os Sussus para o oeste e para o litoral. Os

assentamentos costeiros eram ocupados pelos Baga e Landona e foram lentamente sendo dominados pelos Sussus que instalaram pequenos estados com base no clã e filiação.

No Fouta Djalon os Peuls construíram um estado teocrático centralizado islâmico dominado por duas famílias, a Soriyas e a Alfayas. Os homens dessas duas famílias alternavam-se no poder a cada dois anos e dividiram a região em nove províncias.

Na região da savana, a alta Guiné, onde se instalaram os reinos Maninkas, descendentes do grande reino do Mali, islamizados, formaram no século XVII a cidade-estado de Bate, que teve como capital a cidade de Kankan. Estabelecida como enclave na alta Guiné a cidade serviu de pólo de atração para outros povos islâmicos.

Na Guiné florestal não se instalou nenhuma grande civilização pela própria natureza do ambiente da floresta tropical. Os grupos humanos que ocuparam a região formaram pequenas aldeias dispersas com cerca de 100 a 200 pessoas. Devido a sua fragilidade os pequenos grupos se instalavam no topo das colinas para maior proteção e cercados pela floresta não sofreram muitas influências do islã.

A partir do século XIX os conflitos se intensificaram nas várias regiões e se formou um vasto reino Maninka com exércitos e administração central que organizou o território, que se estendeu da alta Guiné ao Mali. Os franceses durante sua ocupação do oeste africano partindo do Senegal entraram em choque com os Maninkas e os confinaram no norte da Costa do Marfim de onde resistiram à ocupação francesa.

Os franceses fixaram as fronteiras da colônia em 1900 e criaram uma burocracia para administrar o território e instituíram impostos para capitalizar os recursos naturais. A falta de um quadro de funcionários franceses obrigou a administração colonial a associarem-se aos chefes locais para a administração do dia-a-dia da colônia. Muitos passaram a ser rotulados como colaboradores disfarçados do colonialismo, e sofreram fortes restrições políticas durante o período de Sekou Touré, quando não foram reconhecidos como autoridades locais.

A fraca imposição francesa na Guiné permitiu que a estrutura clânica e familiar sobrevivesse sem grandes necessidades de adaptação. Quando da ascensão a condição de país independente as duas estruturas de poder, a contemporânea ocidental, do estado moderno, e a tradicional, das linhagens, passaram a disputar o controle do território para fazer valer a sua geopolítica. A primeira vista, o Estado se impôs pelo uso do seu atributo exclusivo, a força, e procurou promover reformas que o consolidassem com única instituição produtora de geopolíticas. No entanto, ele não se consolidou e as geopolíticas das linhagens⁵ perduraram e perduram até a atualidade, o que originou uma engenharia política que procura articular as duas geopolíticas sobre o mesmo território, uma de dimensão nacional e outra de dimensão local. Para que elas se articulem o governo promoveu uma reforma política que colocou as duas partes na mesa de negociações nas localidades onde as políticas se materializam e se friccionam, procurando um consenso das partes, o governo e o poder local.

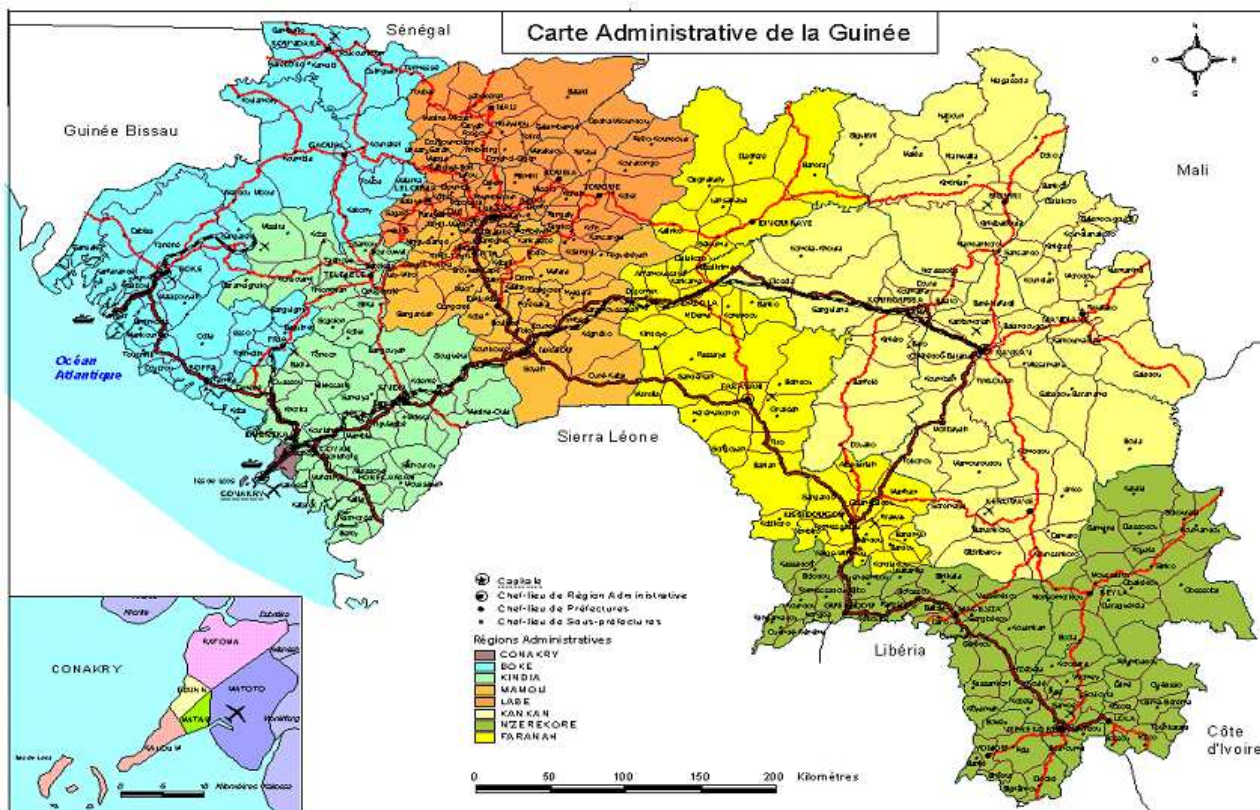
Para atender as necessidades dessa articulação de geopolíticas o governo organizou o país em:

- Região administrativa;
- Prefeituras;
- Subprefeituras;

⁵ Anteriormente a colonização europeia do século XVII os sistemas familiares da África subsaariana eram classificados, segundo o modo de afiliação dos indivíduos, em patrilineares, matrilineares e bilineares. Os modos de afiliação engendraram grupos coletivos designados linhagens que com sua dimensão territorial constituíam a tribo igualmente designado clã. Assim, construí-se uma trama que incluía cada indivíduo ao mesmo tempo que vinculava aos outros indivíduos por conexões genealógicas dentro de determinados espaços ou territórios. (BAIA, 2007)

- Comunidade urbana; e
- Comunidades Rurais de Desenvolvimento

Mapa 2.1, Quadro Administrativo da Guiné



Fonte: DOCUMENT DE STRATEGIE DE REDUCTION DE LA PAUVRETE (2011-2012)

Essa divisão territorial foi elaborada no governo do presidente Lansana Conté em 1985 e transformada em lei fundamental em 1990. As circunscrições tinham como objetivo descentralizar gradualmente e dessa forma fortalecer a administração pública do país. A regionalização do território é constituída de duas células que procuram atender as duas geopolíticas, as regiões administrativas, com suas unidades, e as comunidades locais, que organizam a desconcentração e a descentralização. As regiões administrativas e as prefeituras não têm autonomia jurídica e financeira, as normas e as finanças são centralizadas no governo nacional. As autoridades, governador da região administrativa, prefeito das prefeituras e os subprefeitos das subprefeituras são nomeados pelo Ministério da administração do Território e dos Assuntos Políticos com anuência do presidente. Esta estrutura serve para transferir funções do governo central para as comunidades locais e desta maneira, as quais o governo reconhece autonomia jurídica e financeira. Foi o reconhecimento da existência do poder local pela autoridade estatal que nunca deixou de existir no ambiente rural da Guiné. E uma forma de romper com o dogma colonial da selvageria e primitivismo vinculadas as essas comunidades rurais na Guiné e em toda a África subsaariana, valorizando a sua capacidade de ordenamento social e econômico. (BAIA, 2007)

As autoridades escolhidas através de eleições são os das Comunidades Urbanas⁶, compostas por bairros e setores, e das Comunidades Rurais de Desenvolvimento,

⁶ Este tipo de organização está ligado a instauração dos Estados, a criação de serviços públicos, e implementação de políticas de desenvolvimento nas colônias e que provocaram migrações para as cidades. (BAIA, 2007)

formada por distritos e setores, que exercem funções executivas e deliberativas. As eleições são quadrienais e a população escolhe um representante para cada unidade nas duas comunidades. Além dos escolhidos para atuar nas funções concernentes as comunidades, são eleitos também líderes para cada uma das unidades. É nesta instância que o poder tradicional se manifesta na sua plenitude, as famílias fundadoras, as que primeiro ocuparam o local, seus patriarcas são os líderes naturais apesar do processo eleitoral existente. Nesse sentido o processo democrático coexiste com práticas semelhantes a do coronelismo⁷, uma eleição com resultado conhecido antes do próprio processo se efetivar. O sistema é legitimado pela população devido à crença no poder tradicional dominante no país. As autoridades governamentais, no entanto, entenderam a necessidade de valorização do poder tradicional, enquanto alicerces da organização administrativa das localidades rurais, base da vida social no interior do país. Dessa forma recupera o relacionamento entre o poder do estado com o poder local reconhecendo sua influência na orientação da vida na comunidade e recupera seu espaço político. Institucionalizando as lideranças tradicionais através desse reconhecimento implícito da participação na vida política da localidade e sua legitimidade enquanto portador dos conhecimentos sobre as tradições locais e gestão das relações políticas tradicionalmente estabelecidas nas comunidades rurais. (LOURENÇO, 2007) No dizer do filósofo Franz Joseph Hinkelammert: (2011) *“As culturas que sempre foram consideradas como atrasadas hoje indicam o caminho a ser seguido, pois as culturas anteriores não eram tão suicidas quanto a cultura moderno-ocidental.”*, as sociedades subsaarianas estão procurando a saída para o impasse civilizacional que estagnou a região desde a descolonização.

Apesar da existência das duas comunidades, não se pode pressupor rompimento das práticas vinculadas no campo e na cidade, ao contrário, na realidade a um prolongamento das tradições adaptadas ao no ambiente, o tecido simbólico é mantido sobre uma nova organização espacial. (BAIA, 2007) A geopolítica da linhagem na cidade e seus pressupostos de modernidade não se opuseram à rural, mantém a fluidez embora operem de maneiras diferentes a reprodução da subsistência, mas que na prática, lentamente tende a modificar sua natureza e podem vir a romper com o sistema de linhagem, que na prática já vem ocorrendo sem que as relações entre a cidade e o campo sejam respeitadas, vindo a exigir uma nova estrutura organizacional político-administrativa em substituição a engendrada para incorporar o poder tradicional existente nos dois ambientes.

As famílias fundadoras são as detentoras das terras e são elas que fazem a distribuição das terras para agricultura, portanto os membros das comunidades dependem da seção da terra para reproduzir a subsistência. Que pode ser feita através do grau de parentesco ou locação para outros membros não parentes e até os estrangeiros. Assim, as terras não estão disponíveis e nem fazem parte do sistema de mercado imobiliário, elas constituem um bem que não é negociado e se algum estrangeiro quiser se estabelecer no local deve se dirigir ao chefe da família para solicitar autorização. Os chefes tradicionais não são apenas um líder político, eles são um fator importante de coesão e identidade sociocultural, legitimando a autoridade e regulando as relações sociais e com o meio ambiente. O estado é para essa estrutura tradicional um mero alienígena que não tem no seu arcabouço condições de compreender os costumes socioculturais das localidades rurais. (LOURENÇO, 2007)

⁷ Termo definido por Victor Nunes Leal no livro “Coronelismo, Enxada e Voto”, publicado em 1949 pela editora Forense. Segundo o autor, Coronelismo é uma manifestação do poder privado – dos senhores de terras - que coexiste com um regime político de extensa base representativa. Refere-se basicamente à estrutura agrária, que fornecia as bases de sustentação do poder privado.

Os representantes e as lideranças das Comunidades Urbanas – setores e bairros, se relacionam através das prefeituras, enquanto os das Comunidades Rurais de Desenvolvimento – distritos e setores, através das subprefeituras. São nos locais onde a desconcentração e a descentralização se relacionam na estrutura organizacional do Estado. No âmbito das Comunidades Urbanas as relações ocorrem na prefeitura, onde um Secretário Geral indicado pelo governo administra a localidade junto com um Conselho Comunal formado por nove representantes escolhidos pelo povo e que reunidos indicam o prefeito e vice da comunidade e um tesoureiro, que vão compor o executivo local. Assim existe um representante da desconcentração que age no âmbito da descentralização, fiscalizando o cumprimento dos planos de desenvolvimento locais esse estes se ajustam às diretrizes do governo central. A descentralização ainda conta com as lideranças locais e os conselhos de sábios de cada unidade componente da Comunidade Urbana.

As comunidades urbanas e rurais constituem o ambiente de legitimação do poder tradicional. Este poder tem características próprias e geralmente operam em sociedades onde as desigualdades sociais não existem ou são mínimas e sem grande importância. O poder tradicional nas sociedades onde ele se manifesta muda suas representações conforme as mudanças sociais vão ocorrendo. O importante neste ponto é observar que o poder se manifesta de forma diferente nas sociedades com pouca ou nenhuma desigualdade e nas sociedades desiguais e é justamente no limite da desconcentração/descentralização que temos o ponto de fricção dos dois poderes no nível das comunidades. (GOMES, 2010) Onde essas lideranças tradicionais organizam diversos fundamentos da vida rural, como por exemplo, o casamento, o divórcio, questões de herança, resolução de conflitos e encenação dos rituais de iniciação. São os responsáveis pela gestão do mundo rural, são também os responsáveis pela geopolítica das linhagens que aconselham e coordenam as relações sociais. A sua deslegitimação pode ocasionar maior incidência da delinquência nas comunidades. (LOURENÇO, 2007)

Empiricamente, segundo Mércio Gomes (2010), os indivíduos não percebem a relação entre o diferente e o desigual, geralmente estabelecem uma avaliação entre o que é positivo e o que é negativo e definem a partir daí as diferenças, mas para estabelecerem as desigualdades, necessitam de um processo de abstração para realçar as diferenças. No caso observado busca-se entender a articulação entre poderes desiguais, onde um, o formal/constitucional, emana seu poder através do estado e o outro, o tradicional, sem o estado. E como agem os poderes em sociedades igualitárias ou onde as desigualdades são mínimas e nas sociedades desiguais, que é o caso das comunidades locais e a nacional na Guiné.

O processo de construção dessa percepção teve como teatro os numerosos conflitos que por passaram as linhagens e seus poderes. A força do poder tradicional passou a residir no fato de tolerar as mudanças progressivas impostas pelas relações entre as práticas tradicionais e as modernas, que emancipava uns e dava prerrogativas a outros dentro de um quadro simbolicamente coerente. É aí que as sociedades tradicionais de linhagens, gerindo o antigo e o novo, sem a ocorrência de uma ruptura na sua estrutura organizacional, sobreviveram as mudanças políticas impostas pelos reinos africanos desde a antiguidade e aos estados engendrados pelos europeus no século XIX. (BAIA, 2007)

A sobrevivência do poder tradicional e sua geopolítica na contemporaneidade subsaariana é constituída por vetores que o fortalecem como fator crucial da organização social e política. Dessa perspectiva, o poder tradicional precisa ser entendido a partir das suas relações materiais e simbólicas, como elemento de manutenção do tecido social que trás segurança e pertencimento aos indivíduos. A crença na sua ação de estabilidade

social que permeia a comunidade tem como fonte a reciprocidade e a solidariedade que ampara a fragilidade da vida humana.

Como se sabe, o poder tradicional se desenvolveu sem um Estado, portanto sua existência pressupõe outro *locus* político sem a coerção própria das entidades estatais. Primeiramente se converge para o relacionado as formas de parentesco, como instituição capaz de manter a unidade das famílias, clãs, tribos, etc. As outras formas são; a religiosa, geralmente centrada no xamã ou pajé, que manipula o mundo sobrenatural e da medicina, e a do hábil guerreiro, que aglutinava sob seu comando o grupo na época de guerras, mas que não funcionavam bem no tempo de paz. Essas lideranças, é provável, que não tenham tido um poder absoluto como normalmente propalado e não tinham caráter arbitrário, mas constituíram-se em chefias que conseguiam mobilizar o trabalho coletivo na competição para acumular bens com outros grupos, que posteriormente eram distribuídos em festas que serviam para realçar o poder político do líder e o prestígio social da linhagem. Contudo, como já dito, um poder não coercitivo, mas de outro modo, socializante, persuasivo e exemplar, exercido para resguardar a continuidade da existência, reproduzindo as condições costumeiras. (GOMES, 2010)

A estrutura do poder tradicional descrito funciona até os dias de hoje dentro do estado guineense e através da sua legitimidade determina o modo de vida das comunidades rurais e urbanas. A sua inserção no processo político-administrativo do Estado dá a ele destaque e prestígio diante do grupo e, também, sensação de pertencimento da comunidade a comunidade nacional. No entanto os pontos de fricção são tensionados por elementos que procuram avançar sobre o domínio do tradicional desarticulando-o e procurando impor o modelo ocidental moderno. Um deles é a urbanização, outro a organização fundiária, fator determinante da geopolítica das linhagens, que vem exercendo pressão sobre a organização do território procurando impetrar uma estrutura fundiária nacional que não leva em consideração das diferentes etnias e culturas do mosaico populacional guineense.

A estrutura fundiária está equacionada a partir de uma solução aparentemente simples, para evitar que a terra se transforme em mercadoria como é comum no sistema de mercado capitalista, o Estado, através do Decreto publicado em 1983, adotou por princípio a propriedade absoluta do estado sobre a terra. Passando a distribuir títulos jurídicos de ocupação do solo baseados em projetos de desenvolvimento. Dessa forma, o Estado garante a perpetuação das práticas desenvolvidas pelas comunidades rurais e as suas formas tradicionais de organização do espaço e exerce a arbitragem das áreas onde as questões consuetudinárias desapareceram, além de monopolizar a tributação da terra. No entanto essa forma de organização do território fez desaparecer o direito costumeiro, que passaram a reivindicar a primazia do tradicional sobre o moderno. Em resposta as reivindicações das lideranças rurais o governo promulgou em 1992 o Código Fundiário Dominial, que passou a regular a propriedade imóvel na Guiné. Instrumento que garante juridicamente a propriedade da terra e impede sua expropriação desse direito. O direito de dispor do imóvel é garantido pela Constituição, no entanto deve obedecer as restrições estabelecidas no Código Civil e no Código Fundiário Dominial. Portanto há restrições o pleno gozo da propriedade. A política de descentralização coloca o registro do imóvel no nível das Comunidades Urbanas, que está investida dos poderes legais de controle dos registros, e se exige um plano de posse para o registro do imóvel. O artigo 39 da lei fundiária garante os direitos consuetudinários das linhagens que podem obter os registros de propriedade necessários. Dessa forma se preservam os direitos relativos às linhagens, que ganha um foro jurídico e podem, inclusive, ceder sob contrato parte das suas terras que não foram distribuídas pelas regras da tradição. Em 2001, foi aprovada a Declaração da Política Fundiária do Meio Rural, que reforça o direito costumeiro das linhagens sobre

a terra. Na prática, as regras tradicionais de uso e ocupação do solo na Guiné continuam sob o controle das linhagens e do seu poder tradicional, mesmo assim a terra no país está sujeita a duas regras, a legal e a costumeira.

Evidência empírica e histórica construída pela estrutura fundiária costumeira permite definir a família rural como a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades rurais que é protegida pelo poder tradicional. Subentende-se que a agricultura representa uma fonte de rendimento indispensável, mas não exclusiva, e que o comportamento de cada unidade é parte integrante de um todo onde reside a reprodução social e o seguro contra riscos. (NEGRÃO, 1995).

Considerações Finais

A articulação empreendida pelo governo da Guiné nas últimas décadas para trazer de volta a o poder tradicional junto a esfera pública indica, primeiro, o reconhecimento da sua importância nas comunidades rurais do país, em segundo, a necessidade da sua participação junto com o governo para alcançar os objetivos traçados. O combate a pobreza, que é dramática no país a muito tempo, necessita da somatória das forças políticas e sociais para que as ações governamentais surtam os efeitos desejados.

O poder das linhagens no ambiente rural na realidade é uma força ordenadora das comunidades e sua capacidade de coesão grupal levou reinos, metrópoles e o Estado tentar dissolvê-lo, pois era visto como uma força de sociedades primitivas e que se opunha as mudanças planejadas pelo nações invasoras e posteriormente pelo Estado legado pelo colonizador francês. As tentativas de subjugar o poder tradicional, ou eliminá-lo, acabaram por fracassar devido aos mecanismos tradicionais que garantem aos grupos humanos ordem e segurança, requisito elementar da sobrevivência dos indivíduos. A força da tradição, seu valores, crenças, mitos, alianças e reciprocidade, inviabilizaram as políticas que promoviam seu afastamento do cenário social. E sem a legitimidade oficial, ele continuou existindo nas praticas do cotidiano das comunidades, constituindo o poder real que permeava as relações socioculturais da sociedade guineense.

O seu reconhecimento pelo Estado fez ressurgir no cenário político o poder tradicional que há muito reivindicava o prestígio advindo da sua legitimidade comunal. Com ele as benesses simbólicas e materiais que cercam o poder e havia muito os líderes das linhagens esperavam possuir oficialmente. A estrutura de relações e reciprocidades presentes nas comunidades centrados nos chefes das linhagens não podia mais ficar fora da política do país, sua ação cotidiana passou a ser vista pelo governo como fundamental para que os objetivos do governo nacional pudessem ser efetivados, sem o que sua sobrevivência política seria constantemente ameaçada devido a influência determinante das chefias de linhagens em processos democráticos. Nos períodos autoritários o poder tradicional foi sempre visto como um obstáculo aos objetivos governamentais, mas nas democracias eles não podem ser desconsiderados, é uma força política incontestada e determinante nos resultados eleitorais.

A sobrevivência a todas as ações para sua desarticulação não alcançaram os resultados esperados num quadro econômico em que a produção é voltada para a subsistência, que não se alterou desde os séculos anteriores. Dessa forma, a força do poder tradicional não foi abalada, sendo o elemento de coesão das comunidades, é dele que emana a satisfação de segurança e é ele que propicia as formas de sobrevivência, concretamente ele é percebido e reconhecido como legítimo no seio dos agrupamentos humanos para a satisfação de suas necessidades elementares. Assim o poder abstrato e violento que tentou submeter as comunidades desde o período précolonial, não

sobrepujou enraizar-se no seu interior, devido a sua incapacidade de satisfazer as necessidades básicas delas.

A democracia guineense atual reforçou a política de redução da pobreza no país e para isso procura reforçar a participação das lideranças locais para a sua implantação. Os instrumentos engendrados no arcabouço administrativo devem dar fluidez as ações necessárias a transformação do quadro atual de carências. E dessa forma conseguir penetrar no interior das comunidades conduzidas pelos poderes locais e promover as melhorias propostas no plano de ação do governo. Essas ações podem frutificar em prol do governo e dos objetivos do desenvolvimento a partir da superação dos métodos tradicionais da produção nas localidades e garantir uma condição de vida em melhores condições. De outro lado, reforçar o poder tradicional como ator empreendedor das políticas distributivas, que desde sempre manipulou consolidando dentro do estado moderno a geopolítica das linhagens. Podendo fortalecer num nível ainda maior o poder local, que pode vir a reivindicar maior autonomia e participação nas decisões governamentais para além dos limites da comunidade, ou subprefeituras no caos guineense. E juntamente com esses novos postulados as praticas patrimonialistas avessas as democracias Ou enfraquecê-lo, pois num quadro de desenvolvimento as forças capitalistas encaminham para a individualização das ações, principalmente nas áreas urbanas e numa nova organização familiar que altera o patriarcalismo tradicional com o ensejo das famílias nucleares. Paralelamente a economia acumulativa de mercado pode ganhar maior aceitação e consolidar o modo de vida ocidental.. Transformações ainda não experimentadas pela estrutura tradicional no país.

O embate entre as forças políticas e geopolíticas está apenas começando na Guiné, a iniciante democracia busca meios estabilizantes que não desprezam o poder tradicional existente no país. Mas, não sabemos se terá forças sociais capazes de manter seus ideais no constructo nebuloso da sobreposição das geopolíticas. O caminho idealizado segue os preceitos liberais-democráticos, numa democracia recém inaugurada e que está sujeita a fatores endógenos e exógenos para se consolidar como valor social. O atentado sofrido pelo presidente Alpha Condé em 19/07/2001, mostrou que as práticas democráticas são ainda frágeis diante das soluções arbitrárias, que lançam dúvidas e ao mesmo tempo esperanças na nação guineense de superar essa etapa da vida do país.

Bibliografia

BAD, African Development Bank. *Guinea – Portfolio Performance Review Report (PPRR)*. Country Regional Department West II.2009

BAIA, Alexandre Monteiro. *A economia Mercantil e a Urbanização: O Grupo Domiciliar na África Subsaariana*. São Paulo. Revista Geosp n° 22, pp. 170-179. 20 07.

CALVET, Louis-Jean. *A guerra de línguas e de políticas linguísticas*, Paris, Hachette Literatura, coll. "Plural", 1999.

DIALLO, Moustapha. "*Estudo realizado na Guiné*", Instituto de Ciências da Educação da Guiné ISSEG, Cepec, nd [<http://www.cepec.org/international/ECB/doc/ecb-21.htm>]. Acessado em 22/07/2011.

FAVROD, Charles-Henri (org). *A África Negra*. Lisboa. Ed. Publicações Dom Quixote. 1981.

GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia*. São Paulo. Editora Contexto. 2010.

GUINÉ, República da. *Código Fundiário Dominial*. 1992.

_____. *Constituição da República*. 2010.

_____. *Documento Estratégico para Redução da Pobreza 2011-2012*. Ministério da Economia e das Finanças. 2011.

HINKELAMMERT, Franz Joseph. *A Rebelião dos Limites*. Buenos Aires. Revista Crítica y Emancipación, Clacso. Março, 2011.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra I*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. *Entre Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas?* Portugal. Res-Publica, Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais 5/6. pp. 195-207, 2007.

MAZRUI, Ali A. & WONDJI, Christophe. (org) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília : UNESCO, 2010.

NEGRÃO, José Guilherme. *Como Induzir o Desenvolvimento em África?* Lisboa. Documento de Trabalho nº61, CEsa, , 2001.

ONU. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*. New York. Publicado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. 2010.

WB, World Bank, *Regional Economic Outlook - Sub-Saharan Africa Recovery and New Risks*. World Economic and Financial Surveys. 2011.